



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Departamento Municipal de Recursos Humanos

Processo Administrativo nº 4212/2024

Anexo nº 1491

Documento de Formalização da Demanda nº 2442

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Serviços Especializados em Medicina e Segurança do Trabalho para efetuar laudos, programas, treinamentos, palestras, atendimento clínico e a transmissões dos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho ao sistema informatizado de administração pública e Social instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de Dezembro de 2014, e que integra o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED (Decreto nº 6.022/2007), atendendo a 4ª fase do envio das informações constantes dos eventos S-2210 – (Comunicado do Acidente do Trabalho (CAT)), S-2220 – (Monitoramento da Saúde do Trabalhador, (ASO)), S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho (Agentes Nocivos)), por meio de Pregão, em sua forma Eletrônica, a partir de MENOR PREÇO POR LOTE, obedecendo o preço máximo para o ITEM, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes:

Participação	Lote	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
AMPLA	Lote 1	1	106859 - PROGRAMA DE CONTROLE MEDICO DE SAUDE OCUPACIONAL - PCMSO - CLT E ESTATUTARIO	UNID	1	2.019,10	2.019,10
	Lote 1	2	106857 - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS - PGR - CLT E ESTATUTARIO	UNID	1	1.676,40	1.676,40
	Lote 1	3	106861 - LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE - LIP - CLT E ESTATUTARIO	UNID	1	3.040,00	3.040,00
	Lote 1	4	106863 - LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO - LTCAT	UNID	1	1.076,11	1.076,11
	Lote 1	5	106865 - PERFIL PROFISSIOGRAFICO PREVIDENCIARIO - PPP	UNID	300	52,99	15.897,00
	Lote 1	6	106886 - ELABORAÇÃO DO RELATORIO ANALITICO - PCMSO - CLT E ESTATUTARIO	UNID	1	9.000,00	9.000,00
	Lote 1	7	113511 - LAUDO - ANALISE ERGONOMICA DO TRABALHO.	UNIDAD	1	6.043,58	6.043,58
	Lote 1	8	106868 - ACUIDADE VISUAL	UNID	1.500	15,00	22.500,00
	Lote 1	9	106869 - AUDIOMETRIA	UNID	1.500	36,47	54.705,00
	Lote 1	10	106870 - AVALIAÇÃO CLINICA	UNID	1.500	17,00	25.500,00
	Lote 1	11	106871 - AVALIAÇÃO PSICOLOGICA	UNID	1.000	72,50	72.500,00
	Lote 1	12	106873 - CINETICO FUNCIONAL	UNID	500	57,50	28.750,00
	Lote 1	13	106874 - ELETROCARDIOGRAMA	UNID	300	53,13	15.939,00
	Lote 1	14	106875 - ELETROENCEFALOGRAMA	UNID	500	113,75	56.875,00
	Lote 1	15	106876 - EXAME DE MERCURIO	UNID	300	14,99	4.497,00
	Lote 1	16	106877 - GAMA GT - GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE	UNID	500	8,99	4.495,00
	Lote 1	17	106878 - AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL	UNID	500	52,50	26.250,00
	Lote 1	18	106879 - TOXICOLOGICO	UNID	300	133,02	39.906,00



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

Participação	Lote	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
	Lote 1	19	112833 - S2210 - COMUNICADO DO ACIDENTE DE TRABALHO (CAT)	SERV.	300	20,00	6.000,00
	Lote 1	20	113512 - CARGA INICIAL - COMUNICADO S2210.	UNIDAD	300	34,00	10.200,00
	Lote 1	21	112834 - S2220 - MONITORAMENTO DA SAUDE DO TRABALHADOR (ASO)	SERV.	1.500	20,00	30.000,00
	Lote 1	22	113513 - CARGA INICIAL - MONITORAMENTO S2220.	UNIDAD	1.500	34,00	51.000,00
	Lote 1	23	112835 - S2240 - MONITORAMENTO AMBIENTAL DO TRABALHO (AGENTE NOCIVOS)	SERV.	3.000	20,00	60.000,00
	Lote 1	24	113514 - CARGA INICIAL - MONITORAMENTO S2240.	UNIDAD	1.500	34,00	51.000,00
	Lote 1	25	113564 - S2221 - EXAME TOXICOLÓGICO MOTORISTA PROFISIONAL.	UNIDAD	300	20,00	6.000,00
	Lote 1	26	113565 - CARGA INICIAL - MONITORAMENTO S2221.	UNIDAD	300	34,00	10.200,00
ME/EPP	Lote 2	1	106880 - TREINAMENTO NR-05 - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E ASSÉDIO - CIPA.	UNID	100	215,00	21.500,00
ME/EPP	Lote 3	1	106881 - TREINAMENTO NR-10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE	UNID	100	215,00	21.500,00
ME/EPP	Lote 4	1	106882 - TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCENDIO	UNID	300	215,00	64.500,00
AMPLA	Lote 5	1	106883 - TREINAMENTO NR-32 - SEGURANÇA E SAUDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAUDE	UNID	800	215,00	172.000,00
ME/EPP	Lote 6	1	106884 - TREINAMENTO NR-35 - SEGURANÇA E SAUDE NO TRABALHO EM ALTURA	UNID	50	117,90	5.895,00
ME/EPP	Lote 7	1	107268 - TREINAMENTO NR-12 - CESTO AÉREO	UNID	30	215,00	6.450,00
ME/EPP	Lote 8	1	107269 - TREINAMENTO NR-12 - OPERADOR MOTOSERRA	UNID	50	215,00	10.750,00
ME/EPP	Lote 9	1	112830 - TREINAMENTO NR 12 - OPERADOR DE ROÇADEIRA	SERV.	100	215,00	21.500,00
AMPLA	Lote 10	1	112831 - TREINAMENTO NR 07 - PRIMEIROS SOCORROS	SERV.	800	215,00	172.000,00
ME/EPP	Lote 11	1	112832 - ELABORAÇÃO DA SIPAT - SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES	SERV.	5	2.000,00	10.000,00

Especificação Técnica:

Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) é a materialização do processo de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (por meio de documentos físicos ou por sistema eletrônico), visando à melhoria contínua das condições da exposição dos trabalhadores por meio de ações multidisciplinares e sistematizadas.

O PGR deve ser composto, no mínimo, por (02) dois documentos:

- Inventário de Riscos Ocupacionais**, que compreende as etapas de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, de modo a estabelecer a necessidade de medidas de prevenção;
- Plano de Ação**, onde se estabelecem as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, de modo a eliminar, reduzir ou controlar os riscos ocupacionais.

Consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador;



Consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom;

Consideram-se agentes químicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão;

Consideram-se agentes biológicos as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros;

Consideram-se Agentes Ergonômicos os esforços físicos, ritmo excessivo, trabalho em turnos, postura incorreta, levantamento e transporte manual de peso, monotonia e repetitividade, jornada prolongada, controle rígido de produtividade;

Consideram-se agentes de Acidentes as máquinas, equipamentos ou implementos sem proteção, ferramentas (inadequadas/defeituosas), arranjo físico inadequado e outras situações;

O Programa de Gerenciamento de Riscos deverá conter, no mínimo, a seguinte estrutura:

- a) planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e cronograma;
- b) estratégia e metodologia de ação;
- c) forma do registro, manutenção e divulgação dos dados;
- d) periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PGR;

O Programa de Gerenciamento de Riscos deverá incluir as seguintes etapas:

- a) antecipação e reconhecimentos dos riscos;
- b) estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle;
- c) avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;
- d) implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia;
- e) monitoramento da exposição aos riscos;
- f) Registro e divulgação dos dados;
- g) Proposição de medidas de controle para o ambiente avaliado, estipulando prazos para adoção do controle dos riscos, bem como acompanhamento sistemático da eficácia das medidas – PGR;
- h) Fazer constar nas conclusões de cada local avaliado: a) A relação completa dos EPC's e EPI's presentes nos ambientes de trabalho, bem como a classificação em "EFICAZ" ou "NÃO EFICAZ", conforme o caso – PGR; b) A relação dos EPIs e EPCs necessários à eliminação ou neutralização dos riscos ambientais identificados – PGR.
- i) Para a realização das aferições quantitativas de agentes ambientais (físicos, químicos) através de aparelhos: NPS – Nível de Pressão Sonora, (DB Ruído) – Dosímetro e Decibelímetro, IBGTU – Índice de Bulbo úmido termômetro de globo (Temperatura), Luminosidade - Luxímetro, Bombas de amostragem de substância química (gases, vapores e poeiras), medidor de vibração para membros superiores e de corpo inteiro e outros que se fizerem necessários.

Para a elaboração do PGR serão necessário a realização de:

20 avaliações de quantitativas de temperatura de acordo com NHO 06 - Norma de higiene ocupacional : procedimento técnico: avaliação da exposição ocupacional ao calor;

15 avaliações de quantitativas de dosimetria de ruído de acordo com NHO 01 - Norma de higiene ocupacional : procedimento técnico : avaliação da exposição ocupacional ao ruído;

10 avaliações quantitativas de vibração de corpo inteiro de acordo com NHO 09 - Norma de higiene ocupacional : procedimento técnico: avaliação da exposição ocupacional a vibrações de corpo inteiro;

10 avaliações quantitativas de mãos e braços de acordo com NHO 10 - Norma de higiene ocupacional : procedimento técnico: avaliação da exposição ocupacional a vibração de mãos e



braços;

Além dessas avaliações já estabelecidas pela Contratante, serão necessárias outras avaliações qualitativas e quantitativas como ruído e iluminação em todos os setores e cargos da contratante.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores. Esta NR estabelece os parâmetros mínimas e diretrizes gerais a serem observados na execução do PCMSO, podendo os mesmos ser ampliados mediante negociação coletiva de trabalho.

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais NR. O PCMSO deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho. Deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores. Deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.

O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

- a) admissional;
- b) periódico;
- c) de retorno ao trabalho;
- d) de mudança de função;
- e) demissional.

Os exames médicos referidos compreendem:

- a) avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental;
- b) exames complementares, realizados de acordo com os termos específicos nesta NR e seus anexos.

Para cada exame médico realizado, sendo eles: admissional, de retorno ao trabalho, de mudança de função e periódico, o médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, em 2 (duas) vias.

- a) A primeira via do ASO ficará arquivada no local de trabalho do trabalhador, inclusive frente de trabalho ou canteiro de obras, à disposição da fiscalização do trabalho.
- b) A segunda via do ASO será obrigatoriamente entregue ao trabalhador, mediante recibo na primeira via.

O ASO deverá conter no mínimo:

- a) nome completo do trabalhador, o número de registro de sua identidade e sua função;
- b) os riscos ocupacionais específicos existentes, ou a ausência deles, na atividade do empregado, conforme instruções técnicas expedidas pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SSST.
- c) indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido o trabalhador, incluindo os exames complementares e a data em que foram realizados;
- d) o nome do médico coordenador, quando houver, com respectivo CRM;
- e) definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer, exerceu ou exerceu;
- f) nome do médico encarregado do exame e endereço ou forma de contato;
- g) data e assinatura do médico encarregado do exame e carimbo contendo seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina.

Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registradas em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico-coordenador do PCMSO. Os registros deverão ser mantidos por período mínimo de 20 (Vinte) anos após o desligamento do trabalhador. Havendo substituição do profissional, os arquivos deverão ser transferidos para seu sucessor.

O PCMSO deverá obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a



serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual. O relatório anual deverá discriminar, por setores da empresa, o número e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas e exames complementares, estatísticas de resultados considerados anormais, assim como o planejamento para o próximo ano.

Sendo verificada, através da avaliação clínica do trabalhador e/ou dos exames constantes do Quadro I da presente NR, apenas exposição excessiva (EE ou SC+) ao risco, mesmo sem qualquer sintomatologia ou sinal clínico, deverá o trabalhador ser afastado do local de trabalho, ou do risco, até que esteja normalizado o indicador biológico de exposição e as medidas de controle nos ambientes de trabalho tenham sido adotadas.

Sendo constatada a ocorrência ou agravamento de doenças profissionais, através de exames médicos que incluam os definidos nesta NR; ou sendo verificadas alterações que revelem qualquer tipo de disfunção de órgão ou sistema biológico, através dos exames constantes dos Quadros I (apenas aqueles com interpretação SC) e II, mesmo sem sintomatologia, caberá ao médico-coordenador ou encarregado.

- solicitar à empresa a emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT;
- indicar, quando necessário, o afastamento do trabalhador da exposição ao risco, ou do trabalho;
- encaminhar o trabalhador à Previdência Social para estabelecimento de nexos causal, avaliação de incapacidade e definição da conduta previdenciária em relação ao trabalho;
- orientar o empregador quanto à necessidade de adoção de medidas de controle no ambiente de trabalho.

Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT

Descrição detalhada das dependências e instalações avaliadas, das atividades periciadas, abrangendo a função e o quantitativo dos empregados periciados, análise qualitativa e quantitativa de riscos ocupacionais, necessariamente identificados nos ambientes de trabalho. Avaliação quantitativa dos riscos ambientais (físico e químico) que foram identificados na fase qualitativa, contendo a descrição da metodologia de ação, critérios técnicos e a instrumentação utilizada, necessariamente abrangendo todas as funções e setores de suas dependências. Avaliar as medidas de proteção individual e coletiva existentes, contendo identificação dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs utilizados mediante apresentação do número do Certificado de Aprovação – CA e da avaliação do nível de eficácia de proteção, indicando, inclusive se o EPI e o EPC são eficazes na proteção aos agentes de risco detectados, concluindo com “eficaz” ou “não eficaz”. Nome e identificação profissional do responsável pela elaboração do laudo, informando NIT, PIS/PASEP e o número de registro no respectivo conselho. Informar se a atividade gera aposentadoria especial conforme legislação do INSS.

Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP

Fundamentação científica e abordagem da legislação pertinente sobre os riscos ocupacionais identificados, na apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados com insalubres, perigosos e, atividade que ofereça risco de vida, assim como os respectivos valores dos adicionais. O seguinte texto deverá constar como observação nas planilhas de avaliação quantitativas e qualitativas. A utilização de EPI adequado para proteção do empregado que está exposto ao risco, elimina o pagamento do adicional de insalubridade, conforme o artigo 191 da CLT e o item 15.4 da Norma Regulamentadora nº15 do Ministério do Trabalho e Emprego. Se a atividade for considerada insalubre, deve-se indicar o grau do adicional, com base na legislação vigente. Informar se há risco de vida na atividade avaliada.

Treinamento NR-05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – CIPA

A licitante deverá apresentar profissional da área de Saúde e Segurança do Trabalho para ministrar o curso desde que possua conhecimento satisfatório acerca dos temas estabelecidos pela norma regulamentadora número 05 e demais normas e legislação trabalhistas e previdenciárias. Contendo no mínimo o seguinte conteúdo:

- Estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo;
- Metodologia de investigação e análise de acidentes e doenças do trabalho;
- Noções sobre acidentes e doenças do trabalho decorrentes de exposição aos riscos existente na empresa;



- d) Noções sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS, e medidas de prevenção;
- e) Noções sobre as legislações trabalhistas e previdenciária relativas à segurança e saúde no trabalho;
- f) Princípios gerais de higiene do trabalho e de medidas de controle dos riscos;
- g) Organização da CIPA e outros assuntos necessários ao exercício das atribuições da Comissão;
- h) prevenção e combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no trabalho. (alterada pela Portaria MTP nº 4.219, de 20 de Dezembro de 2022).

O treinamento terá carga horária de vinte horas, distribuídas em no máximo oito horas diárias e será realizado durante o expediente normal da empresa, ele poderá ser ministrado pelo SESMT da empresa, entidade patronal, entidade de trabalhadores ou por profissional que possua conhecimentos sobre os temas ministrados.

Treinamento NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

O profissional que irá ministrar o treinamento NR-10 deverá ter registro no conselho de classe e formação específica na área elétrica ministrada por instituição de ensino credenciada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). Para a formação os profissionais poderão ser:

- a) Engenheiro Eletricista;
- b) Eletrotécnico;
- c) Eletricista: Curso de formação de mão de obra desde que o curso seja dado por instituição credenciada no MEC;
- d) Pode haver a título participação de outros profissionais que tenha proficiência no assunto e que se julguem habilitados e qualificados para realização de parte do curso.

O treinamento NR-10 deve ser realizado conforme o anexo abaixo:

- a) Curso Básico – Segurança em instalações e serviços com eletricidade, com carga horária mínima de 40 (Quarenta) horas para trabalhadores autorizados;
- b) Riscos em instalações e serviços com eletricidade, o choque elétrico, mecanismo, efeitos, arcos elétricos, queimaduras, quedas, campos eletromagnéticos;
- c) Técnicas de Análise de Risco;
- d) Medidas de Controle do Risco Elétrico, desenergização, aterramento funcional (TN/TT/IT) de proteção temporária, equipotencialização, seccionamento automático da alimentação, dispositivos a corrente de fuga, extra baixa tensão, barreiras e invólucros, bloqueios e impedimentos, obstáculos e anteparos, isolamento das partes vivas, isolação dupla ou reforçada, colocação fora de alcance, separação elétrica;
- e) Normas Técnicas Brasileiras – NBR da ABNT, NBR-5410, NBR-14039, dentre outras;
- f) Regulamentações do MTE, NRs, qualificação, habilitação, capacitação e autorizações;
- g) Equipamentos de Proteção Coletiva;
- h) Equipamentos de Proteção individual;
- i) Rotinas de trabalho, procedimentos – Instalações desenergizadas, liberação para serviços, sinalização, inspeções de áreas, serviços, ferramental e equipamentos;
- j) Documentação de instalações elétricas;
- k) Riscos adicionais – altura, ambientes confinados, áreas classificadas, umidade, condições atmosféricas;
- l) Proteção e combate a incêndios – noções básicas, medidas preventivas, métodos de extinção, prática;
- m) Acidentes de Origem elétrica – causas diretas e indiretas e discussão de casos.
- n) Primeiros Socorros – Noções sobre lesões, priorização do atendimento, aplicação de respiração artificial, massagem cardíaca, técnicas para remoção e transporte de acidentados e práticas.

Treinamento de Brigada de Incêndio

Carga horária mínima de 32 (Trinta e duas) horas.

Estabelecer condições mínimas para a composição, formação, implantação e treinamento de brigada de incêndio para atuação em edificações e áreas de risco e na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área, primeiros socorros, visando em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado. O profissional que irá ministrar o treinamento de Brigada de Incêndio: deve ter formação em segurança do trabalho, ou que seja Bombeiro Civil ou/ Bombeiro Militar, devidamente registrado nos



conselhos regionais competentes ou no Ministério do Trabalho.

O médico e o enfermeiro, devidamente registrado nos conselhos regionais competentes ou no ministério do trabalho e/ou Saúde, só podem responsabilizar-se pelo treinamento de primeiros socorros.

Estabelecer condições mínimas para a composição, formação, implantação e treinamento de brigada de incêndio para atuação em edificações e áreas de risco e na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área, primeiros socorros, visando em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado.

O treinamento de Brigada de Incêndio deverá obedecer a Norma de Procedimentos Técnicos NPT-17 em sua Tabela B.2, abrangendo as partes teórica e prática, conforme Tabela B.1. e a carga horária sugerida na tabela B 3. A empresa contratada deverá auxiliar na:

- a) Composição e dimensionamento da Brigada de Incêndio;
- b) Organização da Brigada de Incêndio;
- c) Organograma da Brigada de Incêndio;

Treinamento NR-32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviço de Saúde

O profissional que irá ministrar o treinamento NR-32: Deve ser habilitado em seus órgãos de classe e ter conhecimentos específicos e experiência da matéria a ser ministrada. Por formação esses profissionais poderão ser:

- a) Médico do trabalho;
- b) Enfermeiro do trabalho;
- c) Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- d) Técnico de Segurança do Trabalho;
- e) Médico;
- f) Enfermeiro.

A Carga horária mínima de 40 (Quarenta) horas/aula, para participantes sem experiência.

O conteúdo mínimo exigido para a realização do curso:

- a) Disponibilização sobre riscos potenciais para a saúde;
- b) Medidas de controle que minimizem a exposição aos agentes;
- c) Normas e procedimentos de higiene;
- d) Utilização de equipamentos de proteção coletiva, individual e Vestimentas de trabalhos;
- e) Medidas para a prevenção de acidente e incidentes;
- f) Medidas a serem adotadas pelos trabalhadores no caso de ocorrência de incidentes e acidentes;
- g) Noções de Aspectos e Impactos;
- h) Responsabilidades do empregador e empregados;
- i) Segregação, Manuseio e Disposição Final dos RSS (Resíduos de Serviço de Saúde);
- j) Interpretação e aplicação da NR-32;
- k) PGRSS – Plano de Gerenciamento de Resíduos em Serviços da Saúde;
- l) Resolução 358 (CONAMA): Resíduos de Serviços da Saúde;
- m) Procedimentos e noções de primeiros socorros;
- n) Percepção dos riscos e fatores que afetam as percepções das pessoas;
- o) Impacto e fatores comportamentais na segurança;
- p) A importância do conhecimento da tarefa;
- q) Entendimentos sobre Ergonomia;
- r) Análise de posto de trabalho;

A empresa que realizar o curso deverá emitir certificados para todos os participantes, conforme preconiza as Normas Regulamentadoras;

Treinamento NR-35 – Segurança e Saúde no Trabalho em Altura

O treinamento NR-35 deve ser ministrado por instrutores com comprovada proficiência no assunto, sob a responsabilidade de profissional qualificado em segurança no trabalho, por formação esses profissionais poderão ser:

- a) Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- b) Técnico de Segurança do Trabalho;
- c) Bombeiro Militar;



d) Bombeiro Civil.

O curso teórico e prático, com carga horária mínima de 08 (Oito) horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

- a) Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
- b) Análise de Risco e condições impeditivas;
- c) Riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de prevenção e controle;
- d) Sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva;
- e) Equipamentos de Proteção Individual para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso;
- f) Acidentes típicos em trabalhos em altura;
- g) Condutas em situação de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de primeiros socorros;

Ao término do treinamento deve ser emitido certificado contendo o nome do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local de realização do treinamento, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável, o certificado deve ser entregue ao trabalhador e uma cópia arquivada na empresa.

A Contratada deverá possuir, na íntegra, os equipamentos e materiais EPI's necessários para a realização do curso.

Treinamento NR-12 – Cesto Aéreo

A capacitação deve ser ministrada por trabalhadores ou profissionais qualificados para este fim, com supervisão de profissional legalmente habilitado que se responsabilizará pela adequação do conteúdo, forma, carga horária, qualificação dos instrutores e avaliação dos capacitados. Por formação esses profissionais poderão ser:

- a) Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- b) Técnico de Segurança do Trabalho;
- c) Engenheiro Mecânico.

Treinamento de Cesta Aérea conforme anexo XII da NR-12.

Apresentar funcionalidades dos equipamentos, bem como seu correto manejo, evitando desgastes desnecessários e falhas de operação, visando a qualidade dos serviços realizados e, principalmente, a segurança dos servidores envolvidos.

A carga horária mínima de 40 (Quarenta) horas/aula, para participantes sem experiência.

Capacitar os empregados para a utilização do Cesto Aéreo Acoplado na utilização de tarefas em Redes de Distribuição atendendo Portaria nº 293 – Equipamentos de Guindar para elevação de pessoas e realização de trabalhos em altura, na Norma Regulamentadora nº 12 Segurança no Trabalho e Equipamentos. O Anexo XII da NR-12 foi elaborado em função da necessidade de traçar patamar tecnológico mínimo para construção e utilização de cestas aéreas, cestos acoplados em guindastes e cestos suspensos, tendo em vista a existência de alguns equipamentos inseguros e a utilização de adaptações improvisadas.

Os conteúdos Programáticos para realização do treinamento são:

- a) Conscientização da Importância do Manual de Instruções;
- b) EPI e EPC;
- c) Funcionalidade básica do Equipamento;
- d) Inspeção visual e Checklist;
- e) Instruções de segurança e Sistema básico de operação;
- f) Características técnicas do equipamento;
- g) Posicionamento e patolamento do equipamento;
- h) Interpretação do gráfico de carga;
- i) Cálculo de carga, movimentação e do momento do guindaste;
- j) Trabalhos inadequados e proibidos com o guindaste;
- k) Dispositivo de segurança e suas finalidades;
- l) Aplicações e definições;
- m) Situações impeditivas ao uso do cesto acoplado em guindauto;
- n) Condições mínimas de segurança exigidas para a utilização do cesto;
- o) Análise dos riscos da área e do material a ser manipulado;
- p) Acoplado em guindauto;
- q) Tarefas liberadas para serem executadas com o auxílio do cesto acoplado em guindauto em



- redes desenergizadas e tarefas executadas por eletricitistas;
- r) Autorizados com o auxílio do cesto acoplado em guindauto em redes de baixas tensões energizadas;
 - s) Controle de revisões;
 - t) Noções de Manutenção e conservação do equipamento.

Treinamento NR-12 – OPERADOR MOTOSSERRA

Carga horária mínima de 40 (Quarenta) horas/aula, para participantes sem experiência, em conformidade ao anexo V da NR-12, em segurança do Trabalho em máquinas e equipamentos motosserras em seu subitem.

A capacitação deve ser ministrada por trabalhadores ou profissionais qualificados para este fim, com supervisão de profissional legalmente habilitado que se responsabilizará pela adequação do conteúdo, forma, carga horária, qualificação dos instrutores e avaliação dos capacitados. Por formação esses profissionais poderão ser:

- a) Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- b) Técnico de Segurança do Trabalho;
- c) Engenheiro Mecânico.

Tem como base habilitar os servidores que trabalham com motosserra, dando-lhes informações, conhecimento de como operar a Motosserra, cuidados na operação, quais EPIs é utilizado, reparos, limpeza e manutenção no dia a dia para maior durabilidade e produtividade com o equipamento e minimizando os riscos de acidentes.

Os conteúdos Programáticos para realização do treinamento são:

- a) Definições sobre motosserras;
- b) Legislação aplicada a operadores de motosserra;
- c) Principais riscos de acidentes e atendimento de Primeiros Socorros com enfoque aos acidentes envolvendo Motosserras;
- d) Cuidados ambientais na utilização, abastecimento e manutenção preventiva básica;
- e) Interpretação da NR-12;
- f) Manual de Operação de Motosserra;
- g) Recomendações de segurança no uso de motosserra;
- h) Prevenção de acidentes no uso de motosserra;
- i) Técnicas de corte e cortes polivalente de madeiras;
- j) Traçamento de madeiras;
- k) Utilização segura da motosserra;
- l) Avaliação teórica e prática;
- m) Certificação de participação.

Treinamento NR 12 – Operador de Roçadeira

A capacitação deve ser ministrada por trabalhadores ou profissionais qualificados para este fim, com supervisão de profissional legalmente habilitado que se responsabilizará pela adequação do conteúdo, forma, carga horária, qualificação dos instrutores e avaliação dos capacitados. Por formação esses profissionais poderão ser:

- a) Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- b) Técnico de Segurança do Trabalho;
- c) Engenheiro Mecânico.

Treinamento de roçadeira conforme NR-12 segurança do Trabalho em máquinas e equipamentos, com carga horária mínima de 08 (Oito) horas, com o seguinte conteúdo programático:

1. Legislação de segurança no trabalho;
2. Segurança no trabalho;
3. Componentes da máquina;
4. Mecânica e elétrica básica;
5. Manutenção básica;
6. Preparação/Segurança na operação;
7. Abate/Corte de relvas;
8. Uso de ferramentas manuais;
9. Animais peçonhentos;
10. Trabalho a céu aberto;



11. Noções de primeiros socorros;
12. Trabalho em equipe;
13. Qualidade no serviço;
14. Noções de meio ambiente;
15. Prática na operação com Roçadeira.

Treinamento NR 07 – Primeiros Socorros

A capacitação deve ser ministrada por trabalhadores ou profissionais qualificados para este fim, com supervisão de profissional legalmente habilitado que se responsabilizará pela adequação do conteúdo, forma, carga horária, qualificação dos instrutores e avaliação dos capacitados. Por formação esses profissionais poderão ser:

- a) Médico ou enfermeiro
- b) Técnico de Segurança do Trabalho
- c) Bombeiro Civil Profissional ou Militar

O Treinamento de primeiros socorros deve ser realizado conforme a Lei Lucas (13722/18), com carga horária mínima de 16 (Dezesseis) horas e com o seguinte conteúdo programático:

1. Conceitos de primeiros socorros e características do socorrista.
2. Segurança avaliação da cena.
3. Noções de infecção e contaminação.
4. Noções de anatomia e fisiologia do sistema respiratório, circulatório e neurológico.
5. Problemas clínicos: crise hipertensiva, convulsões, desmaios, vertigens, intermação, engasgos, parada respiratória, parada cardiorrespiratória.
6. Traumas: quedas, explosões, queimaduras, fraturas e luxações, ferimentos.
7. Hemorragias e choque elétrico.
8. Bandagens e controle de hemorragias.
9. Utilização de talas de imobilização de fraturas.
10. Ressuscitação cardiopulmonar – RCP.
11. Vedação de máscara para ventilação e prática de ventilação com pressão positiva.
12. Mobilização e imobilização, amarração e transporte de vítimas em KED e prancha longa.
13. Conteúdo básico da caixa de primeiros socorros.

Elaboração da SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes

Realização e organização da SIPAT (Semana Interna de Prevenção de acidentes do Trabalho), conforme a NR 05 CIPA, e com a realização de palestras com os seguintes temas:

- a) Prevenção e combate ao incêndio;
- b) Prevenção de acidentes de trabalho e de trajeto;
- c) Hábitos saudáveis — alimentação e atividade física;
- d) Equipamentos de proteção individual;
- e) Ergonomia;
- f) Programas de qualidade de vida no trabalho;
- g) Doenças ocupacionais, como LER (Lesão por Esforço Repetitivo) e DORT (Distúrbio Ósteomuscular Relacionado ao Trabalho) — o que são e como preveni-las;
- h) Saúde do trabalhador — principais cuidados;
- i) Estresse;
- j) Alcoolismo e tabagismo.
- k) DST e AIDS

A capacitação deve ser ministrada por trabalhadores ou profissionais qualificados para este fim, com supervisão de profissional legalmente habilitado que se responsabilizará pela adequação do conteúdo, forma, carga horária, qualificação dos instrutores e avaliação dos capacitados. Por formação esses profissionais poderão ser:

- a) Médico
- b) Enfermeiro
- c) Técnico de Segurança do Trabalho
- d) Bombeiro Civil
- e) Bombeiro Militar
- f) Engenheiro de Segurança do Trabalho



- 1.2. A opção recai por Pregão Eletrônico e justifica-se pelo objeto encontrar-se em conformidade ao Artigo nº 29, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

- 2.1. O prazo de vigência contratual deverá obedecer o período de 12 (Doze) meses, contados da data de assinatura de contrato, e poderá ser prorrogado por igual período a partir de mutuo acordo entre as partes;
 - 2.1.1. Em conformidade ao Artigo nº 107, da Lei nº 14.133/2021, o instrumento contratual poderá ser prorrogado pelo prazo de 10 (Dez) anos.
 - 2.1.2. Em caso de prorrogação contratual o índice a ser utilizado para reajuste será o IGPM.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Considerando, a demanda por atender a legislações trabalhista e previdenciária vigentes;
- 3.2. Considerando, a demanda por desenvolver um ambiente de trabalho saudável, e isentos de riscos aos servidores públicos municipais;
- 3.3. Considerando, o disposto no Artigo 7º, Inciso XXII, da Constituição Federal, referente aos exames médicos periódicos destinados aos servidores públicos;
- 3.4. Considerando, as regras especificadas na Resolução nº 84/2011, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre as diretrizes para a efetuação de ações de promoção da saúde ocupacional, e de prevenção dos riscos e doenças relacionadas à ocorrência de acidentes em serviço no âmbito da Justiça de Trabalho 1º e 2º Graus.
- 3.5. Considerando, que os programas de Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional, e Segurança do Trabalho são agentes fundamentais para a qualidade de vida profissional, os quais atuam preventivamente como vetores que eliminam e atenuam os riscos ocupacionais.
- 3.6. Considerando os argumentos elencados acima, o Departamento Municipal de Recursos Humanos deste município de Marialva – PR reitera o pleito pelos serviços pretendidos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO SERVIÇO

- 4.1. A requerida contratação possui a finalidade expressa, em atender as legislações trabalhista e previdenciárias, no que tange à saúde do trabalhador, onde a solução como um todo encontra-se, detalhadamente, exposta no Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice do presente Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:
 - 5.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto;
- 5.2. **Obrigações das partes:**
 - 5.2.1. **Do Contratado**
 - 5.2.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
 - 5.2.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do Contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;
 - 5.2.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do Contratante, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;
 - 5.2.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
 - 5.2.1.5. Manter durante a execução do serviço, as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente procedimento licitatório.
 - 5.2.1.6. Entregar o serviço em devidas condições, devendo promover a sua



substituição, imediatamente a partir da notificação do Município de Marialva — PR, quando:

- 5.2.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência para a devida execução do serviço;
- 5.2.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para terceiros;
- 5.2.1.8. Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera o Contratado de suas responsabilidades firmadas;
- 5.2.1.9. Arcar na íntegra com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao Contratante;
- 5.2.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva — PR;
- 5.2.1.11. Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do serviço e prestar os esclarecimentos cabíveis;
- 5.2.1.12. Acatar as orientações do Município de Marialva — PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando na íntegra os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.2.2. Da Contratante

- 5.2.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratado, desde que relacionados ao serviço pactuado.
- 5.2.2.2. Exigir o cumprimento na íntegra das obrigações assumidas pelo Contratado de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 5.2.2.3. Receber o objeto no prazo e condições pactuados.
- 5.2.2.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes em Termo de Referência, Edital e demais atos para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 5.2.2.5. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as especificações contidas em Termo de Referência, Edital e Contrato.
- 5.2.2.6. Comunicar ao Contratado, formalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo determinado pelo Contratante. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Prestador, por meio dos fiscais do Termo de Contrato designados neste Termo de Referência.
- 5.2.2.7. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e na forma estabelecidos em Termo de Referência, Edital e Contrato.

5.3. Infrações e Sanções

5.3.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

5.3.2. der causa à inexecução parcial do contrato;

5.3.3. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.3.4. der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;

5.3.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

5.3.6. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

5.3.7. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

5.3.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.3.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.3.10. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

5.3.11. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita o PRESTADOR às seguintes sanções administrativas:

- 5.3.11.1. advertência



5.3.11.2.

multa;

5.3.11.3. suspensão temporária de participação em licitação;

5.3.11.4. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.3.11.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade);

5.3.11.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.3.12. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.3.14. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.3.15. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

5.3.16. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3.17. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 03 (Três) anos.

5.3.18. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

5.3.19. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3.20. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3.21. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Autoridade Competente.

5.3.22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.3.23. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.3.24. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.3.25. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.3.26. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.4. Severidade

5.4.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

- Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

- Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (Zero vírgula um por cento) do valor total a receber pelo serviço executado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (Zero vírgula três por cento) do valor total a receber pelo serviço executado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

natureza da obrigação; e M3 = multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor total a receber pelo serviço executado pordia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (Zero vírgula sete por cento) do valor total a receber pelo serviço executado pordia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento) sobre o valor total a receber pelo serviço executado.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência do CONTRATADO, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas estabelecidas em Termo de Referência, especificações ou prazos.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	<u>O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.</u>		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do serviço de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação pactuada.						1ª vez
8	Abandonar a execução do Contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o Contrato.						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez



12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
----	---	--------	--------	--------	--------	--------	--------

4.5.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

4.5.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

4.5.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

4.5.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor a receber pelo Contratado, fica facultado ao Município de Marialva — PR rescindir unilateralmente o Contrato.

4.6. Moratória

4.6.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

4.6.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

4.6.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

4.6.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

4.6.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

4.6.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.

4.6.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. A execução dos serviços será em conformidade com a demanda apresentada junto ao Departamento Municipal de Recursos Humanos.

5.2. Os serviços referentes às avaliações admissionais, periódicos e demissionais e exames deverão ser efetuados na Sede da Contratada;

5.2.1. A Sede da Contratada deve estar localizada no raio máximo de 30 Km do município de Marialva – PR.

5.2.2. Justifica-se o raio anteriormente estabelecido, visto a finalidade proporcionar o pronto acesso dos servidores para a realização dos exames, sendo que distâncias maiores poderá implicar em dificuldades na locomoção dos supracitados servidores em efetuar os referidos exames;

5.3. Os serviços referentes às avaliações admissionais, periódicos e demissionais e exames



deverão ter início no prazo máximo de 03 (Três) dias úteis após a solicitação;

5.3.1. A Contratada para atender o Lote nº 01, deverá afetar a entrega dos exames e dos respectivos ASO's deverá ser efetuada no prazo máximo de 01 (Um) dia após a avaliação.

5.4 Lote nº 01, as elaborações do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO – CLT e Estatutário; Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR – CLT e Estatutário; Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP – CLT e Estatutário; Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT; Perfil Analítico – PCMSO – CLT e Estatutário e Laudo de Análise Ergonomica do Trabalho, devem ser efetuados no prazo máximo de 60 (Sessenta) dias úteis após as solicitações.

5.4.1. A elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, Lote nº 01, deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis após a solicitação.

5.5 A Contratada, para o Lote nº 01, deverá efetuar a transmissão do evento S-2220, e sua respectiva carga inicial, está quando necessária, deverá ser efetuada até o dia 15 (Quinze) do mês subsequente ao da realização do exame.

5.6 A Contratada, para o Lote nº 01, deverá efetuar as transmissões dos eventos S-2210 e 2240, e suas respectivas cargas iniciais, estas quando necessárias, deverão ser efetuadas nas datas demandadas pela Unidade Requisitante.

5.7 A Contratada, para o Lote nº 01, deverá efetuar as transmissões do evento S-2221, e sua respectiva carga inicial, a partir das necessidades da Unidade Requisitante.

5.8 A Contratada, Lote nº 01, deverá possuir software eletrônico com versão Web, com capacidade de gerar arquivos de exportação de dados compatíveis com a exigências do eSocial pertinentes à saúde e segurança do trabalhador, bem como compartilhar com o município de Marialva – PR informações para realizar a gestão e monitoramento dos servidores desta municipalidade.

5.8.1. Fica sobre responsabilidade da Contratada, o cadastro com todas as informações necessárias de servidores municipais da Unidade Requisitante em seu software eletrônico de gestão de saúde e segurança do trabalho, bem como a gestão, monitoramento e controle dos envios dos eventos de saúde e segurança do trabalho.

5.9 A elaboração do Laudo Análise Ergonomica do Trabalho devem ser efetuados no prazo máximo de 60 (Sessenta) dias úteis após a solicitação.

5.10 Para os Lotes nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 (Treinamentos e SIPAT), a Contratada deverá efetuar os serviços em data e local definidos em conjunto com a Unidade Requisitante.

5.11 A Contratada responsabilizar-se-á com os custos, em sua totalidade, pelos deslocamentos demandados para a devida execução dos serviços, inclusive os profissionais, e demais logísticas.

5.12 A Contratada deverá, quando solicitadas, efetuar visitas técnicas presenciais nos locais indicados pela Unidade Requisitante para ajustes na execução dos serviços.

6. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Karina Kananda Castro Bonifácio	Agente Administrativo	4027
Patricia Fernanda Volpato	Auxiliar Administrativo	1881

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para a fiscalização:

7.2.1. – Gestor de Contrato:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Marina Mariko Moriya Matuguma	Gestora de Contratos	920

7.2.2 – Fiscais de Contrato

Titular:



Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Vitor Robert Mendes da Silva	Técnico em Segurança do Trabalho	3739

Suplente:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Karina Kananda Castro Bonifácio	Agente Administrativo	4027

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, nos termos Alínea A, do Inciso I, do Artigo nº 140, da Lei 14.133/2021 no ato do recebimento do serviço, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequado imediatamente, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O serviço será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado imediatamente, a partir da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

7.6. Liquidação

7.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (Trinta) dias corridos para fins de liquidação.

7.6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do Contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do serviço;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.6.4. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

7.6.4.1. **O Prestador deverá, caso se aplique, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.**

7.6.5. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos



requisitos de habilitação.

7.6.6. Na hipótese de irregularidade de habilitação, o Prestador deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais rescisórias do Contrato.

7.6.7. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta o PRESTADOR de suas obrigações e responsabilidades.

7.6.8. O pagamento será efetivado em até 30 (Trinta) dias após a liquidação da despesa por meio de crédito na conta corrente do fornecedor, informada em sua proposta comercial, na fase de habilitação do procedimento licitatório.

7.6.9. É vedado ao Contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do Contrato.

7.6.10. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (Meio por cento) ao mês, ou 6% (Seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

7.7. Forma de pagamento

7.7.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.7.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7.5. O Prestador regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO LOTE, onde a opção por Lote, obedecendo os valores máximos unitários

8.2. Justifica-se a opção pelo Lote, visto que há a direta relação entre a elaboração dos Laudos, Programas e Perfil Profissiográfico Previdenciário (LTCAT, LIP, PGR, PPP e PCMSO) e Análise Ergonomica do Trabalho, com as transmissões dos eventos relacionados ao eSocial, ainda com os exames (admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais), através do monitoramento da saúde do trabalhador (ASO), detalhando as avaliações clínicas bem como os exames complementares constantes no Atestado de Saúde Ocupacional, e que possuem vínculo com a Tabela 27 de procedimentos diagnósticos do eSocial.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

8.2.1.1. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

8.2.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -



EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Documentos relativos à **habilitação técnica para o Lote nº 01**:

8.4.1. Alvará de Localização Municipal relativo ao domicílio ou sede da Proponente;

8.4.2. A Proponente deverá apresentar Declaração na qual conste: a empresa possui imóvel adequado ou convênio com laboratório (apresentando documento que comprove vínculo entre ambos) para realização dos serviços, contendo salas de exames individuais que não comprometam a violação da intimidade dos pacientes, nem suas integridades físicas, contendo sala de espera com a devida adequação ao conforto

8.4.3. Certidão de Registro da Empresa junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM;

8.4.4. Certidão de Registro da Empresa junto ao CREA;

8.4.5. Cadastro da Empresa junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

8.4.6. Declaração de indicação dos seguintes responsáveis técnicos pela execução dos serviços:

8.4.6.1. Engenheiro de Segurança do Trabalho; Técnico de Segurança do Trabalho; Médico de Medicina do Trabalho; Fisioterapeuta; Psicólogo; Fonoaudiólogo; Enfermeiro do Trabalho.

8.4.7. Registro do responsável técnico – Engenheiro de Segurança do Trabalho – indicado pela Proponente junto ao CREA ou CAU;

8.4.8. Diploma de Graduação do responsável técnico – Médico do Trabalho – indicado pela Proponente;

8.4.8.1. Certificado de conclusão de Curso de Especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, ou Certificado de Residência Médica em Área de Concentração em Saúde do Trabalhador ou denominação equivalente, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação e pela Delegacia Regional do Trabalho;

8.4.8.2. Inscrição junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM.

8.4.9. Registro do responsável técnico – Técnico de Segurança do Trabalho – indicado pela Proponente junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;

8.4.10. Registro do responsável técnico – Fonoaudiólogo – indicado pela Proponente junto ao CREFONO;

8.4.11. Registro do responsável técnico – Psicólogo – indicado pela Proponente junto ao Conselho Regional de Psicologia;

8.4.12. Registro do responsável técnico – Enfermeiro – indicado pela Proponente junto ao COREN;

8.4.13. Registro do responsável técnico – Fisioterapeuta – indicado pela Proponente junto ao CREFITO;

8.4.14. A comprovação de vínculo empregatício dos responsáveis técnicos indicados no Item 9.4.6.1 com a Proponente;

8.4.14.1. A comprovação de vínculo dar-se-á por meio de: a) Cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que conste a Proponente como empregadora; ou b) Cópia do Contrato Social da Proponente que conste o responsável técnico como sócio; ou c) Cópia de Contrato de prestação de serviços entre a Proponente e responsável técnico; ou d) Declaração de Contratação Futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

8.4.15. A Proponente deverá apresentar Certificado de Calibração dos seguintes equipamentos de medição:

8.4.15.1. Dosímetro;

8.4.15.2. Medidor de stress térmico;

8.4.15.3. Decibelímetro;

8.4.15.4. Luxímetro;

8.4.15.5. Medidor de vibração ocupacional, que atenda a NHO 09 – Procedimento Técnico de Avaliação da exposição ocupacional à vibração de corpo inteiro, e a NHO 10 que se trata do Procedimento Técnico de Avaliação da exposição Ocupacional e vibração de mãos e braços;



8.4.15.6. Bomba de amostragem ou gravimétrica para coleta de diferentes tipos de produtos contaminantes, particulados, névoas, poeiras respiráveis, poeiras não respiráveis, agentes químicos, agentes biológicos e outros produtos que geram perigo à saúde do trabalhador.

8.4.16. Caso a Proponente não possua os equipamentos de medição mencionados, os mesmos poderão ser locados, e neste caso deverá ser apresentado o contrato de locação em vigência, juntamente com as cópias dos certificados de calibração autenticadas.

8.5. Documentos relativos à **habilitação técnica para os Lotes nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11:**

8.5.1. Para o **Lote nº 02**, a Proponente deverá apresentar Declaração indicando os Responsáveis Técnicos para a execução do serviço:

8.5.1.1. O responsável técnico poderá ser: Médico do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Engenheiro em Segurança do Trabalho ou Técnico de Segurança do Trabalho;

8.5.1.2. A Proponente deverá apresentar Certificado de Conclusão de Curso emitido por instituição de ensino credenciada ao MEC do responsável técnico indicado.

8.5.1.3. A Proponente deverá apresentar Registro vigente em Conselho de Classe do responsável indicado.

8.5.1.3. A Proponente deverá apresentar o Registro vigente junto ao Conselho de Classe do profissional da Área da Saúde indicado como responsável técnico.

8.5.2. Para o **Lote nº 03**, a Proponente deverá apresentar Declaração indicando o Responsável Técnico para a execução do serviço:

8.5.2.1. O responsável técnico poderá ser: Engenheiro Eletricista, Eletrotécnico ou Eletricista;

8.5.2.2. A Proponente deverá apresentar Certificado de Conclusão de Curso emitido por instituição de ensino credenciada ao MEC do responsável técnico indicado.

8.5.2.3. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de Engenheiro Eletricista, a Proponente deverá apresentar Registro vigente em Conselho de Classe do referido responsável técnico.

8.5.3. Para o **Lote nº 04**, a Proponente deverá apresentar Declaração indicando o Responsável Técnico para a execução do serviço:

8.5.3.1. Os responsáveis técnico poderá ser: Técnico em Segurança do Trabalho, Bombeiro Militar ou Bombeiro Civil;

8.5.3.2. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de Técnico em Segurança do Trabalho, a Proponente deverá apresentar Certificado de Conclusão de Curso emitido por instituição de ensino credenciada ao MEC, e Registro vigente em Conselho de Classe do referido responsável técnico;

8.5.3.3. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de Bombeiro Civil, a Proponente deverá apresentar o Certificado de Conclusão de Curso do referido responsável técnico;

8.5.3.4. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de Bombeiro Militar, a Proponente deverá apresentar a Identificação militar válida referido responsável técnico;

8.5.4. Para o **Lote nº 05**, a Proponente deverá apresentar Declaração indicando o Responsável Técnico para a execução do serviço:

8.5.4.1. O responsável técnico poderá ser: Médico, Enfermeiro, Médico do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico de Segurança do Trabalho;

8.5.4.2. A Proponente deverá apresentar Certificado de Conclusão de Curso emitido por instituição de ensino credenciada ao MEC do responsável técnico indicado, e Registro vigente em Conselho de Classe do referido responsável técnico.

8.5.5. Para o **Lote nº 06**, a Proponente deverá apresentar Declaração indicando o Responsável Técnico para a execução do serviço;

8.5.5.1. O responsável técnico poderá ser: Engenheiro em Segurança do Trabalho, Técnico em Segurança do Trabalho, Bombeiro Militar ou Bombeiro Civil.

8.5.5.2. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de profissional Engenheiro em Segurança do Trabalho ou Técnico em Segurança do Trabalho, a Proponente deverá apresentar Certificado de Conclusão de Curso emitido por instituição de ensino credenciada ao MEC do responsável técnico indicado, e Registro vigente em Conselho de Classe do referido responsável técnico.

8.5.5.3. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de Bombeiro Civil, a Proponente deverá apresentar o Certificado de Conclusão de Curso do referido responsável técnico;

8.5.5.4. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de Bombeiro Militar, a Proponente deverá apresentar a Identificação militar válida referido responsável técnico;

8.5.6. Para o **Lote nº 07**, a Proponente deverá apresentar Declaração indicando o Responsável Técnico para a execução do serviço;



8.5.6.1. O responsável técnico poderá ser: Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico em Segurança do Trabalho ou Engenheiro Mecânico;

8.5.6.2. A Proponente deverá apresentar Certificado de Conclusão de Curso emitido por instituição de ensino credenciada ao MEC do responsável técnico indicado, e Registro vigente em Conselho de Classe do referido responsável técnico.

8.5.7. Para o **Lote nº 08**, a Proponente deverá apresentar Declaração indicando o Responsável Técnico para a execução do serviço;

8.5.7.1. O responsável técnico poderá ser: Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico em Segurança do Trabalho ou Engenheiro Mecânico;

8.5.7.2. A Proponente deverá apresentar Certificado de Conclusão de Curso emitido por instituição de ensino credenciada ao MEC do responsável técnico indicado, e Registro vigente em Conselho de Classe do referido responsável técnico.

8.5.8. Para o **Lote nº 09**, a Proponente deverá apresentar Declaração indicando o Responsável Técnico para a execução do serviço;

8.5.8.1. O responsável técnico poderá ser: Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico em Segurança do Trabalho ou Engenheiro Mecânico;

8.5.8.2. A Proponente deverá apresentar Certificado de Conclusão de Curso emitido por instituição de ensino credenciada ao MEC do responsável técnico indicado, e Registro vigente em Conselho de Classe do referido responsável técnico.

8.5.9. Para o **Lote nº 10**, a Proponente deverá apresentar Declaração indicando o Responsável Técnico para a execução do serviço;

8.5.9.1. O Responsável Técnico poderá ser: Médico, Enfermeiro, Técnico em Segurança do Trabalho, Bombeiro Civil ou Bombeiro Militar;

8.5.9.2. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de profissional Médico, Enfermeiro ou Técnico em Segurança do Trabalho, a Proponente deverá apresentar Certificado de Conclusão de Curso emitido por instituição de ensino credenciada ao MEC do responsável técnico indicado, e Registro vigente em Conselho de Classe do referido responsável técnico.

8.5.9.3. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de Bombeiro Civil, a Proponente deverá apresentar o Certificado de Conclusão de Curso do referido responsável técnico;

8.5.9.4. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de Bombeiro Militar, a Proponente deverá apresentar a Identificação militar válida referido responsável técnico;

8.5.10. Para o **Lote nº 11**, Proponente deverá apresentar Declaração indicando o Responsável Técnico para a execução do serviço;

8.5.10.1. O Responsável Técnico poderá ser: Médico, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Enfermeiro, Técnico em Segurança do Trabalho, Engenheiro em Segurança do Trabalho, Bombeiro Civil ou Bombeiro Militar;

8.5.10.2. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de profissional Médico, Enfermeiro, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Engenheiro em Segurança do Trabalho, ou Técnico em Segurança do Trabalho, a Proponente deverá apresentar Certificado de Conclusão de Curso emitido por instituição de ensino credenciada ao MEC do responsável técnico indicado, e Registro vigente em Conselho de Classe do referido responsável técnico.

8.5.10.3. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de Bombeiro Civil, a Proponente deverá apresentar o Certificado de Conclusão de Curso do referido responsável técnico;

8.5.10.4. Caso o responsável técnico indicado tratar-se de Bombeiro Militar, a Proponente deverá apresentar a Identificação militar válida referido responsável técnico;

8.5.11. A Proponente deverá apresentar comprovação de vínculo empregatício dos responsáveis técnicos indicados para os **Lotes nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11**;

8.5.11.1. A comprovação de vínculo dar-se-á por meio de: a) Cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que conste a Proponente como empregadora; ou b) Cópia do Contrato Social da Proponente que conste o responsável técnico como sócio; ou c) Cópia de Contrato de prestação de serviços entre a Proponente e responsável técnico; ou d) Declaração de Contratação Futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

8.6. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

8.6.1 Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.7. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:



- 8.7.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ;
- 8.7.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- 8.7.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 8.7.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.7.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- 8.7.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.
- 8.8. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 8.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
- 8.12. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- 8.13. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.
- 8.14. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

8.15 **Documentação complementar:**

8.15.1 Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

8.15.2 Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

9.1. O valor máximo para a presente contratação é da ordem de R\$ 1.121.164,19 (Um milhão, cento e vinte e um mil, e cento e sessenta e quatro reais, e dezenove centavos), em conformidade ao Demonstrativo de Formulação de Preços, com precificação apurada através da discrepância de



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

30% sobre o menor valor obtido, anexo ao Processo Administrativo nº 4212/2024.

9.2. Os orçamentos foram efetuados com prestadores e pela Plataforma Banco de Preços, entretanto nota-se que em conformidade ao conteúdo anexo para determinados itens a referida plataforma não retornou resultados para as pesquisas efetuadas.

9.3. Os valores cotados pelas Empresa Arbeit, Ultramed e Altech referentes aos Itens: S-2010, S-2220 e S-2040, e suas respectivas transmissões, valores estes apresentados aos orçamentos aditados no Despacho nº 02, Processo Administrativo nº 4212/2024, foram descartados devido a ausência de uniformização, sendo que os mesmos foram retificados a partir de padronização definida pela Unidade Requisitante, os quais encontram-se reapresentados no Despacho nº 04 com os preços, devidamente, uniformizados.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A contratação será atendida pela dotação orçamentária anexa ao Processo Administrativo nº 4212/2024.

Marialva – PR, 27 de Novembro de 2024.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que, os procedimentos licitatórios e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a supracitada lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser, cuidadosamente, observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do referido planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A municipalidade de Marialva – PR obriga-se a cumprir uma série de ações, as quais devem estar em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Trabalho e Emprego, notadamente, quanto à saúde do trabalhador.

Com vistas a cumprir o preconizado pela legislação vigente, é fundamental que os parâmetros sejam cumpridos em suas integralidades.

Dessa forma, é imperioso a pretendida contratação, a qual irá compor as demandas por profissionais, laudos, programas, exames, atestados, treinamentos e os envios, abrangendo assim a totalidade das necessidades apontadas para o efetivo cumprimento do teor exigido junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Assim dessa forma, requer-se a contratação de empresa especializada em prestação de serviço em Medicina do Trabalho, para fins de atender as exigências impostas pela legislação vigente.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida é uma despesa recorrente, cuja previsão do recurso é efetuada através de dotação orçamentária específica.

Cabe ressaltar que, o Plano Anual de Contratações desta municipalidade de Marialva — PR encontra-se em fase final de formulação, justifica-se sua não conclusão, uma vez que a legislação, que parametrizou as aquisições deste Ente, até Dezembro de 2023, fora a Lei nº 8.666/2013.

Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de comuns, nos termos do Inciso XIII, do Artigo VI da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica no Termo de Referência.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade estimada para a contratação pretendida fora parametrizada para prover a demanda junto a Unidade Requisitante – Departamento Municipal de Recursos Humanos – a partir do número de servidores públicos municipais – estatutários e celetistas – desempenhando atividades laborais no município de Marialva – PR, com previsão de contratações futuras para compor o quadro funcional desta municipalidade.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a presente contratação, aferiu-se uma elevada gama de prestadores constituídos na região do município de Marialva, com capacidade técnica para atender de formas segura e eficaz a demanda apresentada pelo Município de Marialva – PR.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O custo total da contratação é de R\$ 1.121.164,19 (Um milhão, cento e vinte um mil, e sessenta e quatro reais, e dezenove centavos), conforme custo apostado em conteúdo anexo ao Processo Administrativo nº 4212/2024. Nota-se que, a precificação para a presente contratação encontra-se balizada, a partir da discrepância de 30% do menor valor apurado, conforme Demonstrativo de Formulação de Preços anexo ao referido processo administrativo.

As cotações foram efetuadas com prestadores e pela Plataforma Banco de Preços, entretanto nota-se que em conformidade ao conteúdo anexo para determinados itens a referida plataforma não retornou resultados para as pesquisas efetuadas.



Os valores cotados pelas Empresa Arbeit, Ultramed e Altech referentes aos Itens: S-2010, S-2220 e S-2040, juntamente com suas respectivas transmissões, expostos nos orçamentos aditados no Despacho nº 02, Processo Administrativo nº 4212/2024, foram descartados devido a ausência de uniformização, sendo que os mesmos foram retificados a partir de padronização definida pela Unidade Requisitante, os quais encontram-se reapresentados no Despacho nº 04 com os preços, devidamente, uniformizados.

8. JUSTIFICATIVA FÁTICA PARA A NÃO APLICABILIDADE DOS INCISOS I E III, DO ARTIGO Nº 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 PARA OS LOTES NºS 01

Ao Lote nº 01, não será atendido o conteúdo proposto nos Incisos I e III, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, face a estreita relação dos serviços entre si, onde suas execuções efetuadas por prestadores distintos poderá implicar em dissonâncias durante a vigência contratual, pois os Programas e Laudos possuem vínculos com a emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, Exames e o Envio de Eventos relacionados ao eSocial.

9. JUSTIFICATIVA FÁTICA PARA A NÃO APLICABILIDADE DO INCISO III, DO ARTIGO Nº 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 PARA OS LOTES 05 E 10.

Para os Lotes nºs 05 e 10, não haverá atendimento ao disposto no Inciso III, do artigo nº 48 da Lei Complementar nº 123/2006, pois tratam-se de execução de serviços, pertinentes à treinamentos, a qual desempenhada por prestadores distintos trará a descontinuidade relativa a padronização e uniformização nos referidos treinamentos, causando assim discrepâncias no teor apresentado aos servidores públicos municipais envolvidos nos mesmos.

10. JUSTIFICATIVA PARA A APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS PRECONIZADOS PELO INCISO I, DO ARTIGO Nº 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

Para fins de atendimento do conteúdo proposto pelo Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o qual prevê: “deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais)”; o presente procedimento será exclusivo a participação de ME e EPP para os Lotes nºs 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09 e 11.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A pretendida contratação irá atender por ações e demais atos para prover as normativas estabelecidas pelo Ministério de Trabalho e Emprego, principalmente, no que tange à saúde do trabalhador, onde conteúdo será solicitado a partir da demanda da Unidade Requisitante – Departamento Municipal de Recursos Humanos – fracionamento este que proporcionará uma melhor gestão dos recursos financeiros empregados ao longo do exercício.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação requerida pretende-se prover a legislação vigente apregoada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pertinente sobretudo à saúde do trabalhador.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Os serviços pretendidos não possuem contratações correlatas e/ou interdependentes.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, esta Unidade Requisitante entende que a requerida contratação é enfática para o devido cumprimento às ações pertinentes a legislação em vigor.

17. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar este procedimento de contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e futuro Edital de Licitação.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8854-ED68-8A32-88D6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ KARINA KANANDA CASTRO BONIFACIO (CPF 083.XXX.XXX-26) em 27/11/2024 16:30:18 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ PATRICIA FERNANDA VOLPATO (CPF 037.XXX.XXX-99) em 27/11/2024 17:21:33 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VITOR R. DA SILVA (CPF 042.XXX.XXX-76) em 28/11/2024 07:24:39 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/8854-ED68-8A32-88D6>